

REFORMA DO ENSINO MÉDIO E A EDUCAÇÃO FÍSICA: REVISÃO SISTEMÁTICA DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS NO PERÍODO DE 2017 A 2020

SECONDARY EDUCATION REFORM AND PHYSICAL EDUCATION: SYSTEMATIC REVIEW OF ACADEMIC PRODUCTION FROM 2017 TO 2020

1

Benedito Gonçalves Eugênio¹

Luanda Nogueira Souza²

DOI: <https://doi.org/10.22481/sertanias.v3i1.9885>

Resumo: O presente artigo teve como objetivo mapear e analisar a produção acadêmica sobre a reforma do ensino médio no campo da Educação Física no período de 2017 a 2020. Fizemos um levantamento das produções acadêmicas em 4 revistas: Conexões da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Motriz da UNESP, Revista Brasileira de Ciências do Esporte-RBCE e Revista Motrivivência, todos periódicos dedicados à pesquisa em Educação Física. Podemos afirmar que no período de 2017 a 2020 houve pouca produção científica e há um reconhecimento desse aspecto nos trabalhos observados. Notamos a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o lugar da Educação Física na nova política educacional para o ensino médio e percebemos que no discurso da reforma do ensino médio há uma desvalorização dos componentes curriculares que trabalham com a estética, a corporeidade e o pensamento crítico, sobretudo por valorizar uma formação para atender os interesses mercadológicos de uma política educacional neoliberal.

Palavras-Chave: Política Educacional; Ensino Médio; Educação Física.

Abstract: This article aimed to map and analyze the academic production on high school reform in the field of Physical Education in the period from 2017 to 2020. We surveyed the academic productions in 4 journals: Connections of the Faculty of Physical Education of UNICAMP, Motive of UNESP, Revista Brasileira de Ciências do Esporte RBCE and Revista Motrivivência, all journals dedicated to research in Physical Education. We can say that in the period from 2017 to 2020 there was little scientific production and there is a recognition of this aspect in the observed studies. We noticed the need for further studies on the place of Physical Education in the new educational policy for high school and realized that in the discourse of high school reform there is a devaluation to the curricular components that work with aesthetics,

¹ Doutor em Educação (UNICAMP). Professor Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. É professor do Programa de Pós-Graduação em Ensino e do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade. E-mail: benedito.eugenio@uesb.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5781-764X>.

² Mestrado em Ensino pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Professora da rede estadual de ensino da Bahia. E-mail: luandans@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5052-3393>



corporeity and critical thinking, especially for valuing a formation to meet the market interests of a neoliberal educational policy.

Keywords: Educational Policy; High School; Physical Education.

1.Introdução

A reforma do ensino médio expressa na Lei 13.415/2017, que propõe uma reformulação profunda no currículo desta etapa da educação básica, foi marcada por inúmeras polêmicas e críticas de pesquisadores e associações científicas. Por conta do seu conteúdo e por ter sido imposta por meio da Medida provisória (MP 746/2016), sem possibilidade de diálogos e debates amplos com professores, alunos, entidades educacionais e a sociedade de modo geral, é considerada por intelectuais renomados, a exemplo de Ferretti (2018), Silva (2018), Kuenzer (2020), dentre outros, como uma política educacional que implicará retrocessos na educação brasileira.

Entendemos a necessidade de uma reforma no ensino médio há muito tempo no Brasil, contudo, a que foi sancionada pelo então presidente Michel Temer está a anos luz de distância daquela que vinha sendo discutida por diferentes movimentos sociais e acadêmicos ligados à educação. A MP 746/16 desconsiderou os debates e proposições que permearam as Conferências Nacionais de Educação (CONAE) e o próprio Plano Nacional de Educação (PNE) (BASTOS et. al., 2017).

Segundo Ferretti (2018, p.26), “de acordo com a Lei 13.415, a reforma curricular do ensino médio tem como objetivo tornar o currículo mais flexível, para atender melhor os interesses dos alunos do ensino Médio.”

Importa salientar que nos últimos 20 anos foram efetivadas diversas alterações no ensino médio, a exemplo do Decreto 2.208/97, que regulamentou os artigos 39 e 40 da Lei 9394/96, que tratam da oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio; a homologação da Resolução 03/1998 do Conselho Nacional de Educação, com base no Parecer 15/98, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM); Publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino médio, em 1999; Parecer 16/99 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional); Decreto 5.154/2004, revogou



o Decreto 2.208/97 e possibilitou o Ensino Médio Integrado ao Ensino Médio; EC 59/2009, obrigatoriedade escolar para a faixa etária de 15 a 17 anos; Homologação do Parecer 05/11, que originou a Resolução 02/12, das novas diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio; Reforma do ensino médio, em 2017 e instituição da BNCC, em 2018.

A Lei 13.415/2017 estabeleceu a flexibilização para o currículo, como parte da carga horária sendo destinada à Base Nacional Comum Nacional e a outra parte para os itinerários formativos. Evidentemente que essa alteração trouxe muitas implicações para as escolas e os sistemas de ensino, pois a Lei não aponta quais recursos da União serão destinados à ampliação da carga horária e flexibilização do currículo. Além disso, houve a retomada da dicotomia entre formação geral e formação profissional e a retomada das competências como princípio de organização curricular.

O Ministério da Educação apresentou vários argumentos para justificar a urgência da reforma e na exposição de motivos foi enfatizada a necessidade de combater os altos índices de evasão escolar, atribuídos pela baixa atratividade do currículo e melhorar a qualidade do ensino médio ofertado em todo país (CRUZ E SILVA, 2019).

Entretanto, percebemos que a finalidade da reforma vai além da que formalmente está expressa no documento legal. Ferretti (2018) afirma que o Projeto de Lei resultou de intensa atuação do empresariado nacional que, há tempos vêm exercendo forte influência sobre o Ministério da Educação (MEC), no sentido de adequar a educação brasileira a seus interesses, entre eles os de natureza financeira. Na visão de Carneiro (2019, p. 38), “travestido de mudança, o discurso oficial da reforma omite verdadeiras intenções, voltadas aos interesses do empresariado [...]”.

Souza (2018) enfatiza que as políticas educacionais, nas últimas décadas, se apropriaram de discursos de caráter economicista e mercadológico, defendendo elementos empresariais como: eficiência, produtividade e meritocracia para melhoria da qualidade da educação.

Neste contexto, concordamos com Souza e Ramos (2017) quando afirmam que na reforma do ensino médio há uma tentativa explícita de secundarizar os componentes curriculares que tratam da estética, da política e da cultura corporal, o que não serve de modo

imediatamente para que o trabalhador se insira no mercado de trabalho e muito menos para a sua formação crítica é rejeitado.

Isso fica evidente no texto da MP 746/2016 quando retira do currículo das escolas de ensino médio a obrigatoriedade das disciplinas Filosofia, Sociologia, Artes e Educação Física. Somente depois de inúmeras manifestações de diferentes entidades educacionais e alunos em todo território nacional que na publicação da Lei 13.415/2017 foi mantida a obrigatoriedade destas disciplinas, mas agora não como componentes curriculares apenas, sob a forma de *estudos e práticas*.

Compreendemos então, no discurso da reforma, retrocessos referente a área da Educação Física e sua permanência no currículo das escolas de ensino médio. E por acreditar ser importante o debate acadêmico sobre essa temática surgiu o seguinte questionamento: De que forma periódicos da Área de Educação Física têm abordado a reforma do ensino médio nos artigos publicados no período de 2017-2020?

Nesta perspectiva, o presente artigo tem como objetivo analisar o que está sendo pesquisado sobre a reforma do ensino médio no campo da Educação Física no período de 2017 a 2020 nos periódicos da área, possibilitando análises e reflexões sobre os desafios que ela terá que enfrentar diante da atual política educacional para o ensino médio.

O artigo está dividido em três seções. No primeiro momento apresentamos os procedimentos metodológicos; logo após, uma breve discussão sobre os resultados da pesquisa e, por fim, as considerações finais.

2.Procedimentos metodológicos

Para alcançar os objetivos da pesquisa, realizamos uma revisão de literatura caracterizada como revisão sistemática que é uma metodologia rigorosa proposta para identificar os estudos sobre um tema em questão, aplicando métodos explícitos e sistematizados de busca, além de avaliar a qualidade e validade desses estudos (GOMES; CAMINHA, 2014, p.398).

Fizemos um levantamento das produções acadêmicas sobre a reforma do ensino médio e sua relação com a Educação Física em quatro periódicos da área da Educação Física, com melhores avaliações no sistema WebQualis da Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de

Nível Superior (CAPES), a saber: Revista Conexões da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Revista Motriz da UNESP, Revista Brasileira de Ciências do Esporte RBCE e Revista Motrivivência.

O corte temporal foi de 2017 a 2020. Demarcamos esse período em virtude da publicação da Lei 13.415/2017, que regulamenta a reforma do ensino médio. Utilizamos como descritores os termos ensino médio, Educação Física, reforma do ensino médio e ensino da Educação Física.

Apenas na Revista Motrivivência encontramos artigos que abordam a temática discutida neste artigo. Identificamos oito artigos. 07 desses foram publicados em uma edição especial sobre o ensino médio, no ano de 2017. Um dos artigos discute a Educação Física no ensino médio sem se reportar à Lei 13.415/2017 e foi excluído.

Quadro 1 – Publicações de artigos relacionados à Reforma do Ensino Médio e a Educação Física em periódicos da área no período de 2017 a 2020.

Ano/ Publicação	Conexões	Motriz	RBCB	Motrivivência	Total
2017	—	—	—	6	6
2018	—	—	—	—	—
2019	—	—	—	—	—
2020	—	—	—	1	1
Total				7	7

Fonte: Elaborado pela própria autora.

Analisamos assim, sete artigos que discutem a reforma do ensino médio e suas implicações na Educação Física, no intuito de contribuir para o debate sobre a temática e ressaltar a importância da permanência da Educação Física, enquanto componente curricular,

no currículo das escolas. A seguir o quadro 2 mostra a autoria, palavras chaves e título das produções encontradas na Revista Motrivivência que foram analisadas:

Quadro 2 – Sistematização do corpus de análise das produções encontradas na Revista Motrivivência no período de 2017 a 2020.

6

Título do artigo	Autores	Palavras-chave
A Educação Física no “novo” Ensino Médio: a ascensão do notório saber e o retorno da visão atlética e “esportivante” da vida	Gabriel Carvalho Bungenstab e Ari Lazzarotti Filho	Ensino Médio. Educação Física. Reforma.
As atribuições da Educação Física escolar: um enfoque especial no Ensino Médio	Vanessa Gomes de Castro	Ensino Médio. Educação Física. Reforma.
Educação Física e o mundo do trabalho: um diálogo com a atual Reforma do Ensino Médio	Maristela da Silva Souza e Fabrício Krusche Ramos	Educação Física. Mundo do Trabalho. Ensino Médio.
A Educação Física no Ensino Médio ou para entender a Era do Gelo	Vicente Molina Neto, Denise Grosso da Fonseca, Lisandra Oliveira e Silva, Rodrigo Alberto Lopes e Elisandro Schultz Wittizoreck	Educação Física. Ensino Médio. Currículo.
O “Novo” Ensino Médio: implicações ao processo de legitimação da Educação Física	José Ângelo Gariglio, Admir Soares Almeida Junior e Cláudio Márcio Oliveira	Ensino Médio. Educação Física. Currículo. Política Educacional. Legitimidade Pedagógica.
Reforma do Ensino Médio e a Educação Física: um abismo para o futuro	Robson dos Santos Bastos, Osvaldo Galdino dos Santos Junior e Marcelo Pereira de Almeida Ferreira	Política Educacional. Reforma do Ensino Médio. Educação Física.

O projeto de educação para a Educação Física escolar: um olhar para as políticas educacionais dos últimos vinte anos	Adelina Lorensi Prietto e Maristela da Silva Souza	Políticas educacionais; Educação física escolar; Educação básica.
--	--	---

Fonte: Elaboração própria

7

Para dar suporte à análise da política educacional e entender melhor o processo de criação da reforma do ensino médio utilizamos como referência a abordagem do ciclo de políticas formulado por Stephen Ball³ e colaboradores. De acordo com Avelar (2016), o ciclo de políticas busca compreender como as políticas são feitas.

Estabelecendo o diálogo entre a revisão bibliográfica e a abordagem de ciclo de Ball, especificamente o contexto da produção de textos⁴ políticos, apontamos inicialmente na seção de resultado e discussões uma breve análise sobre as políticas educacionais para o ensino médio no Brasil; em seguida, é pontuada a relação da Educação Física com a reforma do ensino médio e alguns apontamentos sobre as pesquisas analisadas.

3.Resultados e Discussão

3.1 Políticas Educacionais para o ensino médio no Brasil

O ensino médio no Brasil é uma etapa da educação básica que historicamente vem se constituindo com contradições e diferentes concepções sobre suas funções. Sempre esteve a serviço dos interesses das classes dominantes, permitindo que as classes economicamente mais favorecidas sejam privilegiadas. Foram formuladas inúmeras políticas educacionais, que tem em seus discursos a intenção de resolver os problemas dessa etapa da educação, no entanto ao longo dos anos observamos a permanência destes.

O início da institucionalização do ensino médio ocorreu com a Reforma Francisco Campos em 1932, a organização curricular era fundamentalmente propedêutica. Entretanto, de

³Sociólogo Inglês, “os seus estudos têm influenciado e contribuído para as pesquisas sobre políticas educacionais por todo mundo.” Souza (2018, p. 2)

⁴No contexto da produção de textos “Encontra-se a materialização da política, por meio de documentos legais, de textos políticos, de comentários, etc.” (Souza, 2018, p. 8)

acordo com Kuenzer (1997), é com a Reforma Capanema, denominada Lei Orgânica do Ensino Secundário (BRASIL, 1942), que o ensino médio passa a ser estruturado com estudos regulares. Além da formação propedêutica surge o ensino industrial, comercial e agrícola (MOLINA NETO *et al.*, 2017).

Segundo Nascimento (2007, p. 81), “estruturaram o ensino propedêutico em: primário e secundário e o ensino técnico-profissional: industrial, comercial, normal e agrícola.” Assim, percebemos a consolidação da dualidade entre um ensino que visa preparar para continuidade dos estudos em cursos superiores para elite e um ensino profissional, para as classes populares, destinado a formar mão de obra qualificada para atuar no mercado de trabalho.

Em 1961 foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 4024/1961, que foi longamente debatida e alterada até ser aprovada. Estruturou o Ensino Médio em: ginásial, de 4 anos e o colegial, de 3 anos. Ambos abrangiam o ensino secundário e o ensino técnico profissional (industrial, agrícola, comercial e de normal). Não superando a dicotomia dessa etapa da educação. (NASCIMENTO, 2007)

Em 1971, a segunda LDB nº 5692 deixa claro em seu discurso a influência do governo militar, instalado com o golpe militar em 1964, apresenta um currículo tecnicista com evidente intenção de despolitizar os estudantes, e passam a priorizar o ensino técnico profissionalizante com objetivo de prepará-los para o trabalho. Entretanto, Lima (2009 *apud* SOUZA e RAMOS 2017, p. 74) afirma que essa lei “resultou em profundo fracasso, pois não formou técnicos qualificados para o mundo do trabalho.”

Levando em consideração os discursos das referidas reformas podemos ponderar que desde a primeira LDB nº 4024/1961 essa etapa da escolarização já era marcada por influências de grupos e instituições, que entendem a educação e o ensino por um viés mercadológico.

Por volta dos anos 1990, com um novo contexto político e econômico, período de redemocratização do país, surgem novas discussões sobre as políticas educacionais e depois de inúmeras disputas e embates no ano de 1996 é aprovada a terceira Lei de Diretrizes e Bases para Educação, a LDB nº 9394/1996. “Ela estabelece que a educação básica seja organizada em três etapas, sendo o ensino médio a etapa final.” (CARNEIRO, 2019, p.33)

No texto da lei, encontra-se a inclusão da formação ética e uma suposta preocupação com o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico do estudante, além da possibilidade de um ensino médio que seja comum a todos. Entretanto, “é preciso considerar que os textos políticos são frequentemente contraditórios” (HOJAS, 2019, p. 305), “[...] é essencial reconhecer que as próprias políticas, os textos, não são necessariamente claros ou fechados ou completos.” (BALL, 1994, p. 16 *apud* HOJAS, 2019, p. 305)

Após a sua primeira versão a LDB 9394/96 passou por uma série de alterações, destacando a Lei nº 12.796/2013, que assegura a obrigatoriedade, gratuidade e responsabilidade do estado para com o ensino médio, o que antes era garantido apenas para o ensino fundamental (CARNEIRO, 2019).

Este é um aspecto que pode ser considerado como um avanço nesta modalidade de ensino, entretanto, a garantia da obrigatoriedade por parte do estado não se materializou na qualidade do ensino. Neste sentido, Souza e Ramos (2017, p. 74) afirmam que o ensino médio “passou por diversas modificações ao longo do tempo; essas modificações, porém, não resultaram em melhorias nos processos de ensino-aprendizagem.”

Segundo Carneiro (2019), muitas propostas de mudanças foram apresentadas para o ensino médio nas últimas duas décadas. Traduzindo as intenções da LDB 9394/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), produziram uma identidade para o ensino médio. Estes documentos se tornaram referência de políticas curriculares para essa etapa da educação básica (CARNEIRO, 2019).

As DCNEM e os PCNEM propõem em seus textos, orientações para as ações das escolas e dos professores. No entanto, Mainardes (2006, p. 52 *apud* Carneiro 2019, p.35) “alerta que esses ‘[...] textos não são, necessariamente, internamente coerentes e claros’”. No contexto da produção dos documentos das políticas educacionais, muitas vezes estão implícitos acordos, alianças e disputa pelo poder (CARNEIRO, 2019).

Diante deste contexto de disputas e indefinições, após o golpe parlamentar de 2016, o então presidente Michael Temer, de forma arbitrária e por influência de instituições internacionais e do empresariado nacional, que entendem a educação por uma perspectiva

mercadológica e economicista, publicou em 22 de setembro de 2016 a Medida Provisória (MP) nº 746/2016, que dentre outras incoerências, reforça a formação dualista que historicamente esteve presente no ensino médio brasileiro.

Destarte, a MP faz uma profunda modificação no currículo das escolas de ensino médio que “será composto pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC e por itinerários formativos específicos, definidos em cada sistema de ensino e com ênfase nas áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional” (BRASIL, 2016), é retirada a obrigatoriedade dos componentes curriculares: Artes, Educação Física, Sociologia e Filosofia, sugere a inclusão do “profissional de notório saber” nos cursos técnicos, propõe ampliação da carga horária, oferta de cursos em tempo integral, dentre outras alterações significativas.

Mesmo com várias manifestações da sociedade em geral e de entidades educacionais contra a MP, esta foi convertida na Lei 13.415/2017, no dia 16 de fevereiro de 2017, com pequenas alterações, a maior parte do texto foi mantida. Confirmando a influência de institutos internacionais e do empresariado nacional nas políticas educacionais no Brasil.

Prietto e Souza (2020, p. 7) enfatizam que a reforma “oferece aos estudantes a opção para seguir um currículo voltado para formação profissionalizante e um ensino voltado para a formação geral, dividindo os jovens entre uma carreira técnica e uma trajetória de preparação ao ensino superior.”

Entretanto, Gariglio *et al.* (2017, p.57) afirmam que:

A ‘flexibilização curricular’ constitui uma falácia pelo fato dos itinerários formativos serem definidos pela oferta dos sistemas de ensino, oferta está condicionada às suas condições econômicas, logísticas e de pessoal, que subtrai a real possibilidade de escolha pelos jovens.

A depender do sistema de ensino, do porte da escola, do número de turmas, do corpo docente, em diversas unidades escolares os jovens não terão oportunidade de escolher entre carreira técnica e preparação ao ensino superior desmontando o discurso da reforma e impossibilitando uma formação comum e com a garantia de uma educação de qualidade para todos.

Concordamos com Hojas (2019) que os textos da política não são restritos a uma leitura única e harmoniosa e as prescrições presentes nos textos não são prontamente assimiláveis e aplicáveis. “Políticas são intervenções textuais, mas também, carregam limitações materiais e possibilidades” (BOWE *et al.*, p. 21 *apud* HOJAS, 2019, p. 304).

No que diz respeito à ampliação da carga horária, Bastos *et al.* (2017, p. 44) ressaltam que de fato “o que está por trás desse aumento é o estímulo à relação público-privado na educação, pois não está claro no texto da lei de onde serão disponibilizados os recursos para tanto.” Esses autores lembram que o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 241/55, que limita os gastos públicos, impossibilitará a contratação de mais profissionais para atender à demanda oriunda do aumento da jornada, à construção de estruturas necessárias e à aquisição de equipamentos para o desenvolvimento da proposta (BASTOS *et al.*, 2017).

Percebemos então, no texto da atual política educacional brasileira para o ensino médio, incoerências com relação a sua real finalidade, embora no texto oficial tenha explícito uma preocupação com a formação da juventude, principalmente com a flexibilização curricular, na verdade a educação está subordinada aos interesses do mercado seguindo uma consolidação do discurso da política neoliberal para educação.

No entanto, concordamos com Ball (2002 *apud* SOUZA, 2018) de que o discurso neoliberal, neste momento atual (ou melhor, desde os anos 1980), ainda é predominante, mas mesmo com o discurso neoliberal dominante, existem campos de disputa em que este pode ser colocado em xeque.

3.2 As implicações da Reforma do Ensino Médio na Educação Física: alguns apontamentos

Ao iniciar o levantamento dos artigos sobre a temática da Educação Física na reforma do ensino médio, nas plataformas de revistas da área, encontramos um número reduzido de publicações. Como apresentado no tópico da metodologia, apenas sete artigos foram localizados e em uma única revista, a *Motrivivência*. Analisando os artigos percebemos que os autores reconhecem a carência de pesquisas e estudos sobre a temática, sobretudo por

entenderem que a Lei 13.415/2017 significa um retrocesso na política educacional, podendo causar sérios problemas para a área.

Gariglio *et al.* (2017, p.68) enfatizam que “parece-nos pertinentes ressaltar a necessidade de ampliação de pesquisas e estudos no âmbito acadêmico que discutem a presença da Educação Física no Ensino Médio.” Bungenstab e Lozzarotti Filho (2017) supõem que o campo da Educação Física tem produzido pouco ou quase nada sobre o tema e afirmam que esse diagnóstico nos ajuda a fazer uma autocrítica, pois é preciso pesquisar mais e melhor sobre a temática.

Dentre os artigos analisados, observamos uma predominância de pesquisas documental e bibliográfica, algumas com análise superficial sobre a Lei 13.415/2017, com um tom de denúncia, mas sem proposições para modificar a atual realidade. Com relação ao método empregado nas pesquisas, há um domínio do Materialismo Histórico- Dialético (MHD). Três artigos deixam explícito que utilizaram esse método e nos demais isso aparece implicitamente, principalmente por meio do emprego de uma perspectiva estadocêntrica, característica do MHD e discussões em torno de implementação da política educacional que também é utilizado por esse método.

Carneiro (2019, p. 39) ressalta que “essa visão amplamente centrada no Estado reduz todo o processo de construção e desenvolvimento das políticas curriculares nacionais às esferas governamentais”. Hojas (2019) afirma que a análise das políticas educacionais não pode se limitar à óptica do controle estatal e precisa focalizar como as políticas se articulam com os interesses, valores, experiências e visões de mundo dos atores escolares.

De acordo com os artigos analisados desde a publicação da MP nº 746/2016, que retirou a obrigatoriedade da Educação Física do currículo das escolas de ensino médio, instituições da área como o Colégio Brasileiro das Ciências do Esporte (CBCE) e o Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), mesmo com perspectivas divergentes, manifestaram nota de repúdio à MP e demonstraram insatisfação e preocupação com a Educação Física nesse novo cenário da política educacional brasileira.

Diante das manifestações das instituições da área da Educação Física, diferentes entidades educacionais, alunos e professores, como mencionado no tópico anterior, houve

algumas pequenas alterações no texto da Lei 13.415/2017, dentre estas, a retomada da obrigatoriedade da Educação Física no currículo das escolas. O artigo 35- A, inciso II diz que “A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia.” (BRASIL, 2017)

Todavia, alguns autores não reconhecem como uma verdadeira conquista tal modificação. Conforme Bastos *et al.* (2017, p. 49) “a estratégia adotada pelo MEC de deixar para a BNCC a decisão de como essa obrigatoriedade deve acontecer deixa claro que essa vitória não é plena.” Tendo em vista que não houve uma ampla discussão no processo de elaboração da BNCC (BASTOS *et al.*, 2017).

Concordamos com Prietto e Souza (2020, p. 7) que na reforma do ensino médio “há uma tentativa explícita de escantear os componentes curriculares que tratam da estética, da intuição, da liberdade, do movimento, da corporeidade, enfim o que não ‘serve’ de modo imediato para formação do trabalhador se inserir no mercado de trabalho.” Impõe-se uma formação tecnicista em detrimento de uma formação ético-política.

Dentre os sete artigos analisados, a maioria considera a trajetória histórica da Educação Física na escola para fazer a discussão do atual momento. Quatro deixam claro com uma breve análise histórica e três em alguns momentos do texto fazem discussões pontuais em determinados períodos históricos para tentar explicar e entender o lugar da Educação Física na reforma do ensino médio.

É consenso que historicamente a Educação Física passou por momentos de marginalização no currículo escolar. E em diferentes períodos serviu aos interesses das instituições médicas, militares e desportivas, o que levou alguns autores da área argumentarem que a Educação Física não tinha uma identidade própria, causando a “famosa” crise de identidade dos anos 80.

A partir desse momento aumentou-se a produção teórica da área, livros foram publicados com uma concepção mais crítica da Educação Física e em 1992 é lançado o primeiro livro com uma proposta de sistematização de ensino da Educação Física na escola, elaborado por um coletivo de autores e intitulado de “Metodologia do ensino da Educação Física”. Esta obra propõe que o objeto de estudo da Educação Física seja a cultura corporal.

Para Souza e Ramos (2017, p.77):

Foi um período de intensas descobertas para a área, visto que, além de colocar em questionamento o que se refere à hegemonia biologicista, possibilitou uma intensa produção teórica e a construção de um novo paradigma, que, segundo Soares *et al.* (1992), era baseado na construção crítica sobre a cultura corporal. Ainda segundo os autores, esse viés metodológico definia a Educação Física em outras bases científicas, além de se articular com a função social da escola na formação de um indivíduo identificado enquanto sujeito histórico.

Essas modificações da área trouxeram alterações também nas políticas educacionais, como a LDB, as DCNs e os PCNs, mesmo com algumas lacunas e contradições nos textos das referidas políticas é notável um avanço na área. Na LDB nº 9394 de 1996 em seu artigo 25 inciso III afirma que “A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica”.

Neste sentido, Castro (2017, p. 130) ressalta que “ao longo do século XX, a Educação Física escolar se consolidou enquanto um componente curricular obrigatório em todas as etapas da educação básica, com diversas atribuições, de acordo com os contextos históricos, social, político, econômico e cultural da sociedade”.

Contudo, a Lei 13.415/2017 fragiliza essas conquistas com a tentativa de retirada da Educação Física como componente curricular no ensino médio e com a redução de sua carga horária. Para Gariglio *et al.* (2017, p. 60), “o processo de exclusão iminente e, posteriormente, a frágil reinserção da Educação Física em parte dessa etapa formativa da Educação Básica nos mobiliza para retomada da discussão acerca da legitimidade desse componente curricular no Ensino Médio.”

Segundo Molina Neto *et al.* (2017, p.99), a reforma “reduz as oportunidades de acesso do estudante aos conteúdos da cultura corporal de movimento. Conspira contra a desejada autonomia dos estudantes para eleger, organizar e programar suas experiências corporais para além da vida escolar.”

Sobre esse aspecto, Bastos *et al.* (2017, p. 49) afirmam que “tem-se uma perda significativa sobre a possibilidade do estudante do Ensino Médio elevar sua consciência por

meio da reflexão das práticas corporais que, longe de serem ingênuas, tem relação direta com a ordem social contemporânea.”

Portanto, embora em alguns artigos apareça de forma superficial a discussão, observamos na maioria dos artigos analisados uma preocupação com a atual situação da Educação Física com a reforma do ensino médio. “A Educação Física que temos no Ensino Médio precisa melhorar, mas o estado atual não é justificativa legítima para substituir sua condição de componente curricular” (MOLINA NETO *et al.*, 2017, p. 102).

Precisamos reconhecer que ainda estamos produzindo pouco a respeito da Educação Física no ensino médio e sobre a atual reforma para esta etapa da educação básica. Essa autocrítica é importante e permite pensar em possibilidades para superar a crise. E apesar da produção sobre a Educação Física no ensino médio ainda estar engatinhando, há indícios de resistência. O debate está aberto e nunca será tarde para se inserir nele (BUNGENSTAB; LAZZAROTTI FILHO, 2017).

Considerações Finais

Os artigos analisados nesta revisão contribuíram de forma significativa para compreendermos o que está sendo pesquisado sobre a reforma do ensino médio e sua relação com a Educação Física. É possível afirmar que no período de 2017 a 2020 houve pouca produção científica sobre a temática e há um reconhecimento desse aspecto nos trabalhos observados.

Por meio da análise das produções observamos a existência de uma discussão maior em volta da MP nº 746/2016, e algumas análises superficiais da Lei 13.415/2017. Notamos, então, a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o lugar da Educação Física nessa nova política educacional para o ensino médio, pois somente assim poderemos ter respostas para os inúmeros questionamentos, principalmente referente a jornada de trabalho do professor, a modificação de sua prática pedagógica por conta da redução da carga horária, dentre outros aspectos importantes e imprescindíveis de serem discutidos.

Percebemos ainda, nos trabalhos analisados, que no discurso da reforma do ensino médio há uma desvalorização dos componentes curriculares que trabalham com a estética, a corporeidade, o pensamento crítico, sobretudo por valorizar uma formação tecnicista voltada para o mercado de trabalho para atender os interesses mercadológicos de uma política educacional neoliberal. Neste sentido, a Educação Física terá um árduo trabalho de resistência para permanecer no currículo das escolas de ensino médio.

Referências

AVELAR, M. Entrevista com Stephen J. Ball: uma análise de sua contribuição para a pesquisa em Política Educacional. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 24, n. 24, p. 1-18, 2016.

BASTOS, Robson dos Santos; JUNIOR, Osvaldo Galdino dos Santos; ALMEIDA, Marcelo Pereira de. Reforma do Ensino Médio e a Educação Física: um abismo para o futuro. **Motrivivência**, Florianópolis/SC, v. 29, n. 52, p. 38-52, setembro/2017.

BRASIL. **Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm.

BRASIL. **Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais: Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEMTEC, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm

BRASIL. **Medida provisória nº 746**, de 22 de setembro de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm.

BRASIL. **Lei n. 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. **Atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. 2018. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=98291-texto-referencia-consulta-publica&category_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192#:~:text=13.415%2F2017%20e%20seus%20impactos,o%20Ensino%20M%C3%A9dio%20\(DCNEM\).](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=98291-texto-referencia-consulta-publica&category_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192#:~:text=13.415%2F2017%20e%20seus%20impactos,o%20Ensino%20M%C3%A9dio%20(DCNEM).)

BUNGENSTAB, Gabriel Carvalho; LAZZAROTTI FILHO, Ari. A Educação Física no “novo” Ensino Médio: a ascensão do notório saber e o retorno da visão atlética e “esportivizante” da vida. **Motrivivência**, Florianópolis/SC, v. 29, n. 52, p. 19-37, setembro/2017.

CARNEIRO, Eudite Fernandes. **A Recontextualização do Currículo no Ensino Médio: estudo de caso do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica**. 150f. Dissertação (Mestrado em Ensino). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019.

CASTRO, Vanessa Gomes de. As atribuições da Educação Física escolar: um enfoque especial no Ensino Médio. **Motrivivência**, Florianópolis/SC, v. 29, n. 52, p. 124-135, setembro/2017.

CRUZ, L. R; SILVA, M. R. A Educação Física frente às ameaças da medida provisória 746/16: movimentações e repercussões. **Rev. Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, Brasília/DF, v. 1 n. 1 p. 30-50 - jan./jun. 2019.

FERRETTI, Celso João; SILVA, Monica Ribeiro da. Reforma do Ensino Médio no contexto da Medida Provisória 746/2016: Estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 385-404, abr.-jun., 2017.

FERRETTI, Celso J. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, vol.32, n.93, p.25-42, Ago 2018.

KUENZER, Acácia. **Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1997.

KUENZER, Acacia Z. Sistema educacional e a formação de trabalhadores: a desqualificação do Ensino Médio Flexível. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 57-66, 2020.

GARIGLIO, José Ângelo; ALMEIDA JUNIOR, Admir Soares; OLIVEIRA, Cláudio Márcio. O “Novo” Ensino Médio: implicações ao processo de legitimação da Educação Física. **Motrivivência**, Florianópolis/SC, v. 29, n. 52, p. 53-70, setembro/2017.

GOMES, Isabelle Sena; CAMINHA, Iraquitã de Oliveira. Guia para estudos de revisão sistemática: uma opção metodológica para as Ciências do Movimento Humano. **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 01, p. 395-411, jan/mar de 2014.



HOJAS, Viviani Fernanda. Pesquisar Escolas: “Abordagem do Ciclo de Políticas e “Teoria da atuação política” em discussão. **Revista Contrapontos**, Itajaí, vol. 19, nº 1, Jan-Dez 2019.

MOLINA NETO, Vicente; FONSECA, Denise Grosso da; SILVA, Lisandra Oliveira e; LOPES, Rodrigo Alberto; WITTIZORECKI, Elisandro Schultz. A Educação Física no Ensino Médio ou para entender a Era do Gelo. **Motrivivência**, Florianópolis/SC, v. 29, n. 52, p. 87-105, setembro/2017.

NASCIMENTO, Manoel Nelito Matheus. Ensino Médio No Brasil: Determinações Históricas. **Publ. UEPG Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes**, Ponta Grossa, 15(1) 77-87, jun. 2007.

PRIETTO, Adelina Lorensi; SOUZA, Maristela da Silva. O projeto de educação para a Educação Física escolar: um olhar para as políticas educacionais dos últimos vinte anos. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 32, n. 62, p. 01-15, abril/junho, 2020.

SILVA, Mônica R. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**, vol.34, p.1-15, 2018.

SOUSA, Mauricio de. Apontamentos teórico-metodológicos: contribuições de Stephen J. Ball para as pesquisas de políticas educacionais. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 3, p. 1-22, 2018.

SOUZA, Maristela da Silva; RAMOS, Fabrício Krusche. Educação Física e o mundo do trabalho: um diálogo com a atual Reforma do Ensino Médio. **Motrivivência**, Florianópolis/SC, v. 29, n. 52, p. 71-86, 2017.

Recebido: 13 de novembro de 2021

Aprovado: 01 de fevereiro de 2022



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

